



## LEI N° 1.360/2017

(Institui o Plano Diretor de Saneamento Básico do Município de Ouroeste, instrumento da Política Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências).

**LIVIA LUANA COSTA OLIVEIRA**, Prefeita Municipal de Ouroeste, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Ouroeste, em sessão realizada no dia 01 de novembro de 2.017, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

**Art. 1º.** - O Plano Diretor de Saneamento Básico do Município de Ouroeste, como instrumento da Política Municipal de Saneamento Básico, tem como diretrizes respeitadas às competências da União e do Estado, melhorar a qualidade da sanidade pública, manter o meio ambiente equilibrado em busca do desenvolvimento sustentável, além de fornecer diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas neste sentido.

**Art. 2º.** - Para o estabelecimento do Plano Diretor de Saneamento Básico do Município de Ouroeste serão observados os seguintes princípios fundamentais:

- I. a universalização, a integralidade e a disponibilidade;
- II. preservação da saúde pública e a proteção do meio ambiente;
- III. a adequação de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- IV. a articulação com outras políticas públicas;
- V. a eficiência e sustentabilidade econômica, técnica, social e ambiental;



- VI. a utilização de tecnologias apropriadas;
- VII. a transparência das ações;
- VIII. controle social;
- IX. a segurança, qualidade e regularidade;
- X. a integração com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

**Art. 3º.** - Plano Diretor de Saneamento Básico do Município de Ouroeste tem por objetivo geral o estabelecimento de ações para a Universalização do Saneamento Básico, através da ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados no município de Ouroeste.

**Parágrafo Único.** - Para o alcance do objetivo geral, são objetivos específicos do presente Plano:

- I. Garantir as condições de qualidade dos serviços existentes buscando sua melhoria e ampliação às localidades não atendidas;
- II. Implementar os serviços ora inexistentes, em prazos factíveis;
- III. Criar instrumentos para regulação, fiscalização e monitoramento e gestão dos serviços;
- IV. Estimular a conscientização ambiental da população e
- V. Atingir condição de sustentabilidade técnica, econômica, social e ambiental aos serviços de saneamento básico.

**Art. 4º.** - Para efeitos desta Lei, consideram-se saneamento básico as estruturas e serviços dos seguintes sistemas:

- I. Abastecimento de Água;
- II. Esgotamento Sanitário;
- III. Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais e
- IV. Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos.





# PREFEITURA DE OUROESTE

Cidade do Povo - Unindo Famílias

Estado de São Paulo

CNPJ: 01.611.213/0001-12



**Art. 5º.** - Por se tratar de instrumento dinâmico, o Plano Diretor de Saneamento Básico do Município de Ouroeste deverá respeitar o que estabelece a Política Municipal de Saneamento, devendo ser alvo de contínuo estudo, desenvolvimento, ampliação e aperfeiçoamento, tendo como marco inicial os estudos que integra o anexo desta lei:

Anexo - Plano Diretor de Saneamento Básico do Município de Ouroeste

§ 1º. - A revisão de que trata o caput, deverá preceder à elaboração do Plano Plurianual do Município de Ouroeste.

§ 2º. - O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Diretor de Saneamento Básico do Município de Ouroeste à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 3º. - A proposta de revisão do Plano Diretor de Saneamento Básico do Município de Ouroeste deverá ser elaborada em articulação com os prestadores dos serviços correlatos e estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos:

I - das Políticas Municipais e Estaduais de Saneamento Básico, de Saúde Pública e de Meio Ambiente;

II - dos Planos Municipais e Estaduais de Saneamento Básico e de Recursos Hídricos.

§ 4º. - A revisão do Plano Diretor de Saneamento Básico do Município de Ouroeste deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que o Município de Ouroeste estiver inserido, se houver.

**Art. 6º.** - A gestão dos serviços de saneamento básico terão como instrumentos básicos os programas e projetos específicos nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem



urbana e manejo de águas pluviais, limpeza pública e manejo de resíduos sólidos tendo como meta a universalização dos serviços de saneamento e o perfeito controle dos efeitos ambientais.

**Art. 7º.** - As prestações dos serviços públicos de saneamento são de responsabilidade do Executivo Municipal, independente da contratação de terceiros, de direito público ou privado, para execução de uma ou mais dessas atividades.

§ 1º. - Os executores das atividades mencionadas no caput deverão contar com os respectivos licenciamentos ambientais cabíveis.

§ 2º. - A administração municipal, quando contratada nos termos desse artigo, submeter-se-á às mesmas regras aplicáveis nos demais casos.

**Art. 8º.** - Sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, às infrações ao disposto nessa Lei e seus instrumentos acarretarão a aplicação das seguintes penalidades, garantida a ampla defesa e o contraditório:

I - advertência, com prazo para a regularização da situação;

II - multa simples ou diária;

III - interdição. Parágrafo único. Em caso de infração continuada, poderá ser aplicada multa diária.

**Art. 9º.** - Na aplicação da penalidade da multa, a autoridade levará em conta sua intensidade e extensão.

§ 1º. - No caso de dano ambiental, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, a autoridade levará em consideração a degradação ambiental, efetiva ou potencial, assim como a existência comprovada de dolo.

§ 2º. - A multa pecuniária será graduada entre R\$ 150,00 e R\$ 150.000,00.





# PREFEITURA DE OUROESTE

*Cidade do Povo - Unindo Famílias*

Estado de São Paulo

CNPJ: 01.611.213/0001-12



§ 3º. - O valor da multa será recolhido em nome e benefício do Fundo Municipal de Saneamento Básico, a ser instituído e suas alterações.

**Art. 10.** - A penalidade de interdição será aplicada:

I - Em caso de reincidência;

II - quando da infração resultar:

a) contaminação significativa de águas superficiais e/ou subterrâneas;

b) degradação ambiental que não comporte medidas de regularização, reparação, recuperação pelo infrator ou às suas custas;

c) risco iminente à saúde pública.

**Art. 11.** - Os Programas, Projetos e outras ações do Plano Diretor de Saneamento Básico do Município de Ouroeste deverão ser regulamentados por Decretos do Poder Executivo, na medida em que forem criados, inclusive especificando as dotações orçamentárias a serem aplicadas.

**Parágrafo Único.** - Os Regulamentos comporão anexos do Plano Diretor de Saneamento Básico do Município de Ouroeste deverão ser identificados por número romano, na ordem de sua disposição.

**Art. 12.** - Constitui órgão executivo do Presente Plano a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária.

**Art. 13.** - Constitui órgão superior do presente Plano, de caráter consultivo e deliberativo, o Conselho Municipal de Saneamento Básico.



# PREFEITURA DE OUROESTE

**Cidade do Povo - Unindo Famílias**

Estado de São Paulo

CNPJ: 01.611.213/0001-12




**Art. 14.** - Constitui o Plano Diretor de Saneamento Básico do Município de Ouroeste os documentos anexos a esta Lei.

**Art. 15.** - Nos casos omissos, deverão prevalecer a Lei Federal 11.447/07 e o Decreto Regulamentador 7.217/10.

**Art. 16.** - Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Ouroeste, 08 de novembro de 2017

  
LIVIA LUANA COSTA OLIVEIRA  
Prefeita Municipal

Registrada, afixada e publicada na Prefeitura Municipal em lugar de costume na data supra.

  
CELSO LUTA DA COSTA  
Secretário Municipal Administrativo